

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Os desafios do racismo ambiental no Brasil e a busca por justiça socioambiental”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista. Não se esqueça: seu texto deve ter mais de 7 (sete) linhas e, no máximo, 30 linhas.

TEXTO 1



<https://arvoreagua.org/crise-climatica/racismo-ambiental>

TEXTO 2

Notícias sobre enchentes, deslizamentos, rompimentos de barragens, contaminação e desmatamento frequentemente têm como cenário locais onde a maioria da população é negra, indígena, ribeirinha ou pertencente a outros grupos étnicos vulnerabilizados. Isso mostra que as questões ambientais também podem se relacionar com a discriminação racial. (...) A expressão racismo ambiental foi criada na década de 1980 pelo Dr. Benjamin Franklin Chavis Jr. (1948 -), químico, reverendo e liderança do movimento dos direitos

civis dos negros nos Estados Unidos. Na juventude, Chavis foi assistente de Martin Luther King Jr. (1929 – 1968), pastor batista, ativista político e ganhador do Prêmio Nobel da Paz por suas ações voltadas ao combate do racismo nos Estados Unidos, por meio da resistência não-violenta. (...) Desde 2010, o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, um projeto da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com coordenação geral de Marcelo Firpo e coordenação executiva de Tania Pacheco, faz um levantamento de conflitos socioambientais no país. Até abril de 2022, os pesquisadores já haviam contabilizado 615 conflitos. A análise desses dados evidencia o racismo ambiental: são 184 casos de lutas de povos indígenas por seus direitos, 134 de quilombolas, 74 de ribeirinhos, 68 de comunidades urbanas, entre outros.

<https://www.invivo.fiocruz.br/sustentabilidade/racismo-ambiental/> - Adaptado

TEXTO 3

Populações negras e de baixa renda são as mais afetadas pelos desastres ambientais nas capitais brasileiras, por ocuparem territórios em que não são garantidos serviços básicos de saneamento. É o que mostra um estudo realizado pelo Instituto Pólis nas cidades de Belém, Recife e São Paulo. As moradias chefiadas por mulheres despontam como as mais prejudicadas.

Para chegar à conclusão, o instituto mapeou áreas de risco nas três capitais, mais suscetíveis a ocorrências de inundações ou deslizamento de terra, e cruzou esses dados com o perfil socioeconômico das famílias que ocupam essas áreas.

No Recife, foram mapeadas 677 áreas com risco geológico. Os territórios que mais sofrem risco de deslizamento, por exemplo, se encontram nas áreas de menor renda dos morros da zona norte da cidade, como de Caxangá e de Ibura. Nessas localidades, 68% da população é negra; e 26,8% dos lares são chefiados por mulheres que ganham até um salário mínimo.

O retrato é bastante parecido nos territórios que têm risco de inundação, que se concentram em áreas de mangue em bairros como Afogados, Jardim São Paulo, Iburas e Areias. Nessas localidades, 59% da população é negra e 22% dos lares são chefiados por mulheres negras.

Em Belém, foram mapeadas 125 áreas de risco, 93 sinalizadas com risco ‘muito alto’ para inundação ou erosão e 32 como rico ‘alto’. Novamente, as regiões não coincidem com os bairros de maior poder aquisitivo da capital, caso de como Nazaré e Batista Campos, onde também a proporção da população branca é maior.

Nas áreas com situação de risco, a população negra soma 75% do total, enquanto a média geral de Belém é de 64%. A renda média nos domicílios de setores com alguma área de risco é de R\$1,7 mil, 32% menor que a média geral da cidade, de R\$2,5 mil. Uma em cada cinco moradias (21%), nas áreas de risco, é chefiada por mulheres de baixa renda, com até um salário mínimo. Essa taxa é de 16% na cidade de Belém.

Em São Paulo, as áreas com perigo de deslizamento ou solapamento do solo, que chegam a 1.314, também se concentram majoritariamente em regiões de menor concentração de renda e maior presença de população negra.

Na cidade, famílias que vivem em setores com áreas de risco têm renda domiciliar média de R\$1,6 mil, 54% menor que a média municipal de R\$3,5 mil. Nas áreas com risco de deslizamento, a proporção de população negra é de 55%, contra 37% na cidade. Mulheres que ganham até 1 salário mínimo, responsáveis pelo domicílio, são 12,6% nas áreas com algum grau de risco geológico, e 8,4% na capital paulista.

Famílias negras e pobres estão mais sujeitas a tragédias ambientais, mostra estudo – Sociedade – CartaCapital